

**Métodos de observação participante são alternativas para produzir pesquisa com impacto socioeconômico e ambiental? Reflexões a partir de uma experiência concreta**

**SIDNEY LINCOLN VITORINO**

ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING (ESPM)

**ILAN AVRICHIR**

ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING (ESPM)

**JOSE ANTONIO MASSAROPPE**

ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING (ESPM)

Agradecimento à orgão de fomento:

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -Brasil (CAPES) -Código de Financiamento 001”.

# Métodos de observação participante são alternativas para produzir pesquisa com impacto socioeconômico e ambiental? Reflexões a partir de uma experiência concreta

## 1. Introdução

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação Brasil, que tem como função promover a expansão e da pós-graduação *stricto sensu*, emitiu recentemente uma portaria, a de número 66 de fevereiro desse ano, que vem causando inquietação entre os professores e programas de mestrado e doutorado. A portaria “Institui Grupo de Trabalho (GT) para Proposição da Estrutura de Casos de Impacto na Pós-Graduação *stricto sensu*” (CAPES, 2024). A portaria claramente é um avanço na direção de ir ao encontro de um objetivo, já há algum tempo anunciado, garantir que os programas de pós-graduação promovam pesquisas que não só contribuam academicamente, mas também tragam benefícios sociais e econômicos concretos para a sociedade.

A inquietação que o objetivo que a CAPES persegue causa não é devida ao fato de que se discorde de que os programas de pós-graduação devam trazer benefícios sociais e econômicos para a sociedade. A questão é que não está claro, pelo menos ainda, como a pesquisa acadêmica pode, simultaneamente, produzir avanços teóricos e impactos concretos demonstráveis. Um dos autores desse ensaio participou recentemente, de uma reunião de um grupo especial de pesquisa (SIG, na sigla em inglês) num congresso internacional. Estavam presentes cerca de 20 professores de 10 países diferentes, discutindo exatamente essas questões. Pareceu a ele que a Inglaterra é o país onde essas questões estão mais avançadas. O país já tem instituído um comitê nacional que avalia o impacto de projetos que lhe são submetidos pelas instituições de pesquisa. Porém, ficou ainda mais claro que a questão é controversa e gera inquietações em vários países. Pesquisadores presentes manifestaram terem inquietações com a questão. Um professor americano foi claro: “eu sou pago pra desenvolver teoria, ter impacto sobre a prática deve ser uma decorrência da teoria que eu gero, não algo que eu deva demonstrar diretamente” ele disse, aproximadamente com essas palavras. “Isso que se está exigindo dos pesquisadores é uma contradição intrínseca”.

Uma pesquisadora americana afirmou: As universidades americanas estão pedindo que se demonstre o impacto socioeconômico e ambiental das pesquisas que fazemos. “Mas na hora da avaliação do *tenure*”, o processo que as instituições fazem para decidir quais professores serão contratados num regime que lhes garante estabilidade e outros benefícios, “o que conta é o fator de impacto dos *journals* onde você publicou”.

Face a questão concreta que se coloca para as instituições de ensino superior e seus membros, esse ensaio teórico discute a questão: Seriam os métodos de pesquisa baseados em observações participantes uma alternativa para a contradição que alguns alegam existir entre ter que gerar teoria e impacto socioeconômico? E, em caso afirmativo, como isso pode ser feito? As questões se colocam porque esses métodos, em particular a pesquisa-ação, se propõem a “resolver problemas práticos e implementar mudanças através da participação colaborativa”, isso enquanto não eliminam as possibilidades de reflexão sobre a efetividade das intervenções levadas a cabo com o método de pesquisa, pelo contrário, as incentivam. No Brasil, temos um exemplo de intervenção mundialmente conhecido, cuja associação com pesquisa-ação é incontestável, e que teve impactos concretos na realidade e gerou uma linha de pesquisa acadêmica profícua. Nos referimos a atuação de Paulo Freire na educação popular. Essa atuação não somente levou a alfabetização a milhares de seus educandos como gerou profícua linha de pesquisa, a Educação Popular.

Uma questão acessória, mas nem por isso menos importante, que esse ensaio discute é a da adequação dos métodos de pesquisa participante para a condução de pesquisas no âmbito de programas de doutoramento. Isso porque, se de um lado é reconhecida a profundidade da coleta de dados e da análise que eles exigem na sua condução, por outro também é notório que eles requerem maturidade e tempo de que nem sempre o pesquisador dispõe nesse estágio do seu desenvolvimento enquanto tal.

Para discutir as questões colocada, esse ensaio teórico se estrutura em três seções, além dessa introdução e uma conclusão: apresentação dos métodos pesquisa-ação e observação participante, os mais estruturantes e clássicos da pesquisa participante; o relato da experiência de aplicação desses métodos a uma situação concreta, em curso no âmbito de uma pesquisa de doutorado. E, finalmente, uma discussão do que essa experiência sugere em termos da aplicabilidade dos métodos à projetos de pesquisa em Administração e ao alcance simultâneo dos objetivos de geração de teoria e impacto socioambiental.

## **2. Fundamentação Teórica**

### **2.1. Pesquisa-ação**

#### *O que é*

A Pesquisa-Ação é uma abordagem metodológica utilizada em ciências sociais e educação que combina a pesquisa com a ação prática. Esse método envolve a participação ativa dos pesquisadores e dos participantes na identificação de problemas, desenvolvimento de soluções e avaliação dos resultados. A pesquisa-ação é caracterizada por seu ciclo contínuo de planejamento, ação, observação e reflexão, com o objetivo de promover mudanças e melhorias práticas no contexto estudado. Nesse ciclo, pesquisadores e participantes planejam uma intervenção, implementam a ação, observam os resultados e refletem sobre o processo para ajustes futuros. Este ciclo se repete até que os objetivos sejam alcançados (Dancis et al., 2023).

O principal objetivo da pesquisa-ação é resolver problemas práticos e implementar mudanças positivas. Isso a diferencia de outras abordagens de pesquisa que podem se concentrar mais na teoria ou na descrição dos fenômenos (Sendall et al., 2018).

Uma característica central da pesquisa-ação é que ela envolve a colaboração entre pesquisadores e participantes, reconhecendo que aqueles que vivenciam o problema têm um conhecimento valioso e devem estar envolvidos na busca por soluções. Isso promove a cocriação de conhecimento e a ação coletiva. Os pesquisadores devem estar continuamente reflexivos sobre seu papel e impacto no processo de pesquisa, ajustando métodos e objetivos conforme necessário para atender às necessidades dos participantes e do contexto. A pesquisa-ação visa empoderar os participantes, dando-lhes voz ativa e papel decisivo no processo de pesquisa e nas decisões resultantes. Isso promove uma maior relevância e impacto das intervenções realizadas (Thiollent, 2011).

#### **2.1.1. Fundamentos ontológicos, epistemológicos e etimológicos da pesquisa-ação**

A ontologia se refere à natureza do ser e da realidade. Na pesquisa-ação, a ontologia está centrada na crença de que a realidade social é dinâmica e construída através da interação humana. A pesquisa-ação vê a realidade como algo construído coletivamente pelos indivíduos em suas interações sociais. Isso implica que as intervenções devem ser feitas com a participação ativa dos envolvidos, pois são eles que vivenciam e moldam essa realidade. A realidade social não é fixa; é mutável e pode ser transformada através da ação consciente e colaborativa. Isso alinha-se com a ideia de que a prática pode influenciar e modificar a realidade.

A epistemologia trata da natureza e da origem do conhecimento. A pesquisa-ação possui fundamentos epistemológicos que enfatizam o conhecimento participativo e prático. O conhecimento é gerado através da prática e da reflexão sobre essa prática. É um processo contínuo de ação e reflexão, onde a teoria é constantemente informada pela prática e vice-versa. É co-construído através da colaboração entre pesquisadores e participantes. Essa abordagem valoriza as experiências e perspectivas dos participantes como fontes legítimas de conhecimento. Influenciado pelo pragmatismo de John Dewey, a pesquisa-ação foca na utilidade prática do conhecimento e na resolução de problemas concretos através de métodos experimentais e iterativos.

A etimologia da palavra "pesquisa-ação" revela sua natureza e propósito. Pesquisa (do latim "perquirere") significa procurar ou inquirir profundamente. Isso reflete a investigação rigorosa e sistemática envolvida no processo de pesquisa. Ação (do latim "actio") refere-se ao ato de fazer ou agir. Na pesquisa-ação, isso implica a implementação prática de intervenções planejadas para trazer mudanças reais e mensuráveis.

### 2.1.2. As etapas-chave de uma pesquisa-ação

- A pesquisa-ação começa com a identificação de um problema prático, que precisa ser resolvido. Este problema é geralmente identificado por aqueles que estão diretamente afetados como professores, alunos, membros da comunidade, ou funcionários de uma organização (Altrichter et al., 2002; Stringer, 2014).
- A segunda etapa pode ser vista como de planejamento. Definem-se claramente os objetivos da pesquisa, tanto em termos de resultados práticos quanto de contribuição teórica. Cria-se de um plano detalhado que descreve as ações a serem tomadas para resolver o problema, incluindo recursos necessários, cronograma e responsabilidades. Essa etapa pode ser precedida revisão de literatura em que se analisam pesquisas anteriores para contextualizar o problema e identificar abordagens que já foram tentadas (Lewin, 1946).
- A terceira etapa consiste na implementação das ações planejadas no contexto real, com a participação ativa dos envolvidos. Durante a implementação, os dados são coletados de forma contínua, através de métodos como observação participante, entrevistas, questionários e análise documental (Altrichter et al., 2002). Ao longo dessa etapa é feita a observação sistemática das ações e seus efeitos. Os dados coletados são registrados detalhadamente para análise posterior (Stringer, 2014).
- A quarta etapa é de reflexão crítica e análise detalhada dos dados coletados e os efeitos das ações implementadas, para entender o impacto das ações e para identificar áreas de melhoria. Essa etapa envolve todos os participantes, permitindo a identificação de padrões, sucessos e desafios (Brannick & Coghlan, 2007; McNiff, 2009).
- Com base na análise e reflexão, numa quinta etapa, o plano de ação é revisado e ajustado. Novas estratégias podem ser desenvolvidas para abordar os problemas identificados ou para ampliar os sucessos (Atweh et al., 2002).
  - Numa sexta etapa, o ciclo de planejamento, ação, observação e reflexão é repetido até que o problema seja resolvido ou até que os objetivos da pesquisa sejam alcançados (Lewin, 1946). Os resultados da pesquisa-ação são compartilhados com a comunidade ou organização envolvida, bem como com a comunidade acadêmica, através de relatórios, apresentações e publicações. Idealmente, são desenvolvidas (Brannick & Coghlan, 2007)estratégias para garantir a sustentabilidade das mudanças positivas introduzidas pela pesquisa-ação.

## 2.2. Observação participante

### *O que é*

A observação participante é um método qualitativo utilizado principalmente nas ciências sociais e humanas, como a antropologia, sociologia e psicologia. Nesse método, o pesquisador imerge no ambiente social e cultural do grupo ou comunidade que está sendo estudada. O objetivo principal é obter uma compreensão aprofundada das práticas, comportamentos e interações sociais a partir da perspectiva dos próprios membros da comunidade.

Na observação participante, o pesquisador se torna um membro ativo do grupo estudado, participando de suas atividades cotidianas e eventos. Essa imersão permite que o pesquisador observe diretamente os comportamentos e interações em seu contexto natural. A observação participante implica a coleta de dados através da observação direta das atividades dos sujeitos de pesquisa. O pesquisador registra minuciosamente as interações sociais, os rituais, as rotinas e os comportamentos, muitas vezes em forma de notas de campo detalhadas.

Além de observar, o pesquisador também participa das atividades do grupo, ajudando a construir confiança e a reduzir a influência da presença do pesquisador no comportamento dos participantes. Essa participação ativa permite uma visão mais profunda e autêntica das dinâmicas sociais. O foco do pesquisador na observação participante é entender os fenômenos sociais dentro de seu contexto específico. O pesquisador considera o ambiente cultural, histórico e social ao analisar os dados, buscando uma compreensão holística do grupo estudado. Os pesquisadores devem ser reflexivos sobre seu papel e influência no campo. Isso envolve reconhecer e lidar com os próprios preconceitos e a maneira como sua presença pode afetar as dinâmicas do grupo.

### 2.2.1. Fundamentos ontológicos, epistemológicos e etimológicos da observação participante

Do ponto de vista ontológico a observação participante parte da premissa de que a realidade social é construída através das interações humanas. As práticas, significados e normas são criados e sustentados pelas pessoas em seu ambiente social. A realidade social é contextual e relacional. O significado das ações e interações só pode ser compreendido no contexto específico em que ocorrem.

Do ponto de vista epistemológicos, a observação participante valoriza a perspectiva "*emic*", ou seja, a perspectiva interna dos membros da comunidade. Busca compreender o mundo a partir do ponto de vista dos participantes. O pesquisador procura entender os significados atribuídos pelos membros da comunidade aos seus próprios rituais e tradições. O conhecimento é construído a partir de dados qualitativos, como observações detalhadas, notas de campo e entrevistas. A reflexividade do pesquisador, ou seja, a conscientização e consideração do seu próprio impacto no campo, é crucial para a validade do conhecimento produzido.

### 2.2.2. Fundamentos Etimológicos

Do ponto de vista etimológico a próprio nome do método revela sua origem e propósito. A palavra "observação" vem do latim "*observare*", que significa "vigiar", "notar" ou "perceber". Reflete a ação de olhar atentamente e registrar informações sobre os eventos e comportamentos. A palavra "participante" vem do latim "*participare*", que significa "tomar parte" ou "compartilhar". Reflete a ideia de envolvimento ativo nas atividades de um grupo. No contexto da observação participante, isso se refere ao envolvimento ativo do pesquisador nas atividades cotidianas dos sujeitos de estudo.

### 2.2.3. As etapas-chave de uma observação participante

- O primeiro passo de um projeto que adota como método a observação participante pode ser concebido como de planejamento e consiste em definir claramente o problema ou a questão de pesquisa. O pesquisador deve identificar o que deseja estudar e por que é importante (Guest et al., 2013). A isso se segue a realização de uma revisão de literatura existente para entender o estado atual do conhecimento sobre o tema e identificar lacunas que a pesquisa pode preencher (Silverman, 2016). O passo seguinte consiste em selecionar o local ou comunidade onde a pesquisa será conduzida. Esse local deve ser relevante para a questão de pesquisa e acessível para o pesquisador (DeWalt & DeWalt, 2011).
- Identificado o local em que o pesquisador deseja conduzir sua pesquisa, passa-se a etapa de entrada no campo. Pesquisador obtém o acesso as pessoas e organizações envolvidas e as aprovações éticas necessárias, incluindo consentimento informado dos participantes. Estabelece contato com líderes comunitários ou membros chave para obter permissão para realizar a pesquisa. Isso pode envolver negociações e a construção de relações de confiança (Emerson et al., 2011). Ele deve garantir que a pesquisa será conduzida de maneira ética, respeitando a privacidade e os direitos dos participantes.
- A etapa seguinte, a terceira portanto do projeto, e a que normalmente envolve maior investimento de tempo do pesquisador consiste na observação direta das atividades e das interações e comportamentos dos participantes. Isso pode incluir eventos cotidianos, rituais, reuniões e outras atividades sociais Angrosino (2016). Nessa etapa, além de observar, o pesquisador participa das atividades do grupo. Isso ajuda a ele ganhar uma compreensão profunda e autêntica das práticas sociais e culturais (Jorgensen, 2020).
- Nessa etapa, o observador mantém notas de campo detalhadas e sistemáticas. Isso inclui registrar observações, reflexões pessoais, diálogos e descrições de eventos e ambientes. As notas de campo são uma fonte crucial de dados qualitativos (Emerson et al., 2011). O pesquisador conduz entrevistas informais com os membros da comunidade para obter suas perspectivas, histórias e explicações sobre suas práticas e crenças (Bernard, 2017). Ele coleta também artefatos culturais, como documentos, fotografias, vídeos ou objetos, que possam ajudar a contextualizar e complementar as observações (Hammersley & Atkinson, 2019). Muito importante para desenvolvimento do projeto, o pesquisador mantém notas de campos detalhadas de todas as atividades desenvolvidas. Essas notas incluem não só a descrição das atividades, como suas impressões e reflexões durante a realização delas.
- A quarta etapa consiste em organizar as notas de campo, entrevistas e outros dados coletados. Isso pode envolver a transcrição de entrevistas e a categorização das observações (Saldaña, 2021). Na codificação dos dados, o pesquisador identifica temas, padrões e categorias relevantes. A codificação ajuda a organizar e simplificar os dados para facilitar a análise (Charmaz, 2014). Nessa etapa realiza ainda a análise temática dos dados para identificar os principais temas e padrões nos dados. Isso envolve a busca de significados recorrentes e conexões entre diferentes observações e entrevistas (Braun & Clarke, 2019). A última atividade dessa etapa consiste em refletir criticamente sobre os dados e a própria experiência do pesquisador no campo. Ele deve dedicar consideração aprofundada sobre como suas próprias ações e presença podem ter influenciado os dados (Berger, 2015).

- Uma quinta etapa pode ser vista com a de interpretação dos dados, redação de relatórios e disseminação dos resultados. A interpretação dos dados pode envolver, na posição expressa por fontes consagradas, a comparação dos resultados com teorias e conceitos relevantes ao contexto. Isso pode envolver a comparação com estudos anteriores e a construção de novas teorias ou hipóteses (Geertz, 1973). Envolve também redigir um relatório detalhado dos resultados da pesquisa. Isso deve incluir descrições ricas e contextuais das observações, bem como a análise e interpretação dos dados (Wolcott, 2008). Um passo fundamental no método consiste no compartilhamento dos resultados com a comunidade estudada. Isso pode envolver a apresentação dos achados em reuniões comunitárias ou a distribuição de relatórios acessíveis aos participantes (Stringer, 2014). Enquanto disseminação acadêmica, implica em publicar os resultados em revistas acadêmicas, livros ou outras plataformas relevantes para compartilhar as descobertas com a comunidade científica e contribuir para o conhecimento existente (Hammersley & Atkinson, 2019).
- Alguns autores consideram que às cinco etapas anteriores deve-se seguir uma sexta que seria de reflexão sobre o processo da pesquisa. Ela consistiria na identificação de que funcionou bem e o que poderia ser melhorado Fetterman (2019) Consistira ainda na avaliação do avaliar o impacto da pesquisa na comunidade e no campo de estudo. Implicaria também em considerar como os achados podem ser aplicados para beneficiar a comunidade ou informar políticas e práticas Flick (2017).

A Tabela 1 faz síntese e breve comparação das duas abordagens.

Tabela 1  
Comparação entre as abordagens

<b>Conceito</b>	<b>Observação Participante</b>	<b>Pesquisa-Ação</b>
Papel do pesquisador	Papel Observacional	Engajamento Ativo
Objetivos da Pesquisa	Compreensão Contextual	Soluções Práticas
Adaptabilidade	Foco Consistente	Altamente Adaptável
Forças	Dados Ricos e Detalhados	Empodera os Participantes
Desafio	Consumo de Tempo	Gerenciamento de Complexidades

Fonte: Elaboração dos autores

### 3. Descrição da pesquisa conduzida

Essa seção desse ensaio teórico consiste no relato da experiência sendo conduzida pelo pesquisador e seu orientador. Nela nos ateremos o mais possível ao relato da experiência, deixando a reflexão sobre ela para a seção seguinte.

A pesquisa em curso ocorre no âmbito de um programa de doutoramento em um programa de pós-graduação estrito senso, em que o doutorando se encontra no quarto ano. O relatório e a banca devem acontecer em cerca de seis meses ou no máximo em um ano, caso ele opte por pedir uma prorrogação e essa lhe seja concedida. O doutorando

encontra-se atualmente em fase adiantada da sua coleta de dados, mas tem pela frente ainda a fase de análise e redação do relatório da tese. O período anterior ao momento anterior foi consumido pelo doutorando na realização dos créditos acadêmicos que o programa exige, na pesquisa sobre os métodos de pesquisa participante, no estudo de referenciais teóricos que foram e estão sendo considerados como passíveis de serem úteis para a análise do contexto e andamento da situação sendo analisada e negociação de acesso ao campo e entrada no campo.

Condição para o entendimento de como a pesquisa está sendo conduzida, é saber que o doutorando não dispõe de tempo integral para dedicação ao doutorado. Ele não pode renunciar a suas atividades profissionais de forma integral, dado que tem responsabilidades financeiras que não o permitem. Essa condição é uma realidade para parcela significativa dos doutorandos no Brasil, que dispõem apenas de bolsa de estudos que os libera do pagamento de mensalidades, ou que estudam em instituições públicas. Nas duas condições, eles não arcam com os custos de mensalidade, mas não têm acesso a ajuda de custo que o ajude a manter-se independentemente de ter renda própria.

A pesquisa do doutorando se iniciou com a definição do fenômeno que ele ia estudar e discussão e análise dos referenciais teóricos que poderiam ser adotados. Apenas posteriormente foi aventada a possibilidade do uso de métodos na linha de pesquisas participantes, o estudo desses métodos e a busca e negociação de acesso à campos de pesquisa compatíveis.

### 3.1. O fenômeno sendo estudado

Enquanto fenômeno a ser estudado, desde a aceitação do estudante no programa de pós-graduação, já estava definido que esse seria o das indicações geográficas (IGs). IGs são locais geográficos, que pode ser uma cidade, região ou país (Giesbrecht et al., 2016). Os produtores de determinados bens ou serviços desse local pleiteiam e eventualmente conseguem, junto a autoridade que registra e controla direitos de propriedade no país, o direito de usar com exclusividade, o nome da região para designar determinado produto. É crucial para a identidade do produto. Isso impede que produtos de outras regiões utilizem a mesma denominação, garantindo que apenas os produtos genuínos possam ser comercializados sob a IG.

No mundo são exemplos de indicações geográficas conhecidas internacionalmente o Parmigiano-Reggiano e o Vinho do Porto (Bruch, 2008). No Brasil já alcançam notoriedade os vinhos do vale dos Vinhedos e os Queijo Canastra. Um queijo italiano só pode ser chamado de “Parmigiano-Reggiano” se for produzido nas províncias de Parma, Reggio Emilia, Modena, Bologna (à esquerda do Reno) e Mantova (à direita do Pó), seguindo métodos tradicionais específicos. Só pode se autointitular como sendo Vinho do Porto se for produzido na região do Vale do Douro, em Portugal e tiver as características únicas deste vinho, que são atribuídas ao clima, solo e técnicas de produção da região. O Vale dos Vinhedos é uma região vinícola localizada na Serra Gaúcha, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. É reconhecido nacional e internacionalmente pela qualidade dos seus vinhos e foi a primeira região do Brasil a obter a certificação de IG, em 2002. O Queijo Canastra é um dos queijos mais renomados e tradicionais do Brasil. É produzido de forma artesanal, utilizando leite cru de vaca, coalho, um fermento natural e sal. Em 2012, o Queijo Canastra recebeu a certificação de Indicação Geográfica (IG), reconhecendo a importância cultural e a qualidade distintiva deste produto.

As IGs têm potencialmente muitos benefícios para o desenvolvimento regional. Ajudam a proteger a reputação de produtos regionais e garantem que os consumidores obtenham produtos genuínos com qualidades específicas. Valorizam os produtos da região no mercado, beneficiando economicamente os produtores locais e promovendo o



desenvolvimento regional. Preservam de métodos tradicionais de produção e práticas culturais, contribuindo para a diversidade cultural e patrimonial fornecem aos consumidores garantia de qualidade e autenticidade, aumentando a confiança nos produtos adquiridos.

Em função de serem instrumentos potencialmente potentes de desenvolvimento socioeconômico e ambiental poderoso, muitas regiões no Brasil, com estímulos de órgãos governamentais como Sebrae, o Instituto Federal e o Ministério da Agricultura, mas também de entidades privadas. No Brasil existem atualmente 115 IGs e mais de uma centena de processos, de iniciativa de regiões nacionais, em andamento junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (SEBRAE, 2024).

No entanto, o instituto da IG e sua difusão e implantação no Brasil e no mundo não é sem problemas. Muitas vezes, as regiões começam a buscar suas certificações e desistem, ou no que é um processo mais custoso, alcança a sua certificação, mas o processo de divulgação de que os produtos da região são certificados pelo INPI não alcançam divulgação, permanecem dormentes ou terminam por beneficiar apenas pequenos grupos que se apropriam dos benefícios que a certificação traz. Daí o interesse do doutorando e seu orientador, assim como de vários pesquisadores acadêmicos ou não, em entender como se dão os processos envolvidos na obtenção e pós obtenção das IGs.

### 3.2. Os referenciais teóricos que foram ou estão sendo considerados no estudo

Um primeiro referencial que foi considerado foi o da Teoria de Stakeholders em geral e do envolvimento de stakeholders em particular (Kujala et al., 2022). Essa abordagem Teoria do Engajamento de Stakeholders, conforme discutido por Kujala et al (2022), enfatiza a importância de integrar os interesses e valores dos stakeholders no processo de tomada de decisão das organizações. Essa abordagem promove a construção de relacionamentos baseados na confiança, diálogo e colaboração contínua, reconhecendo que os stakeholders são fundamentais para o sucesso sustentável das empresas. Destaca que o engajamento efetivo dos stakeholders vai além da simples comunicação; envolve compreender profundamente suas necessidades e expectativas, incorporando essas percepções nas estratégias organizacionais para criar valor compartilhado e fortalecer a legitimidade e a responsabilidade corporativa.

A expectativa de que a abordagem fosse relevante para o entendimento de porque certas IGs se desenvolvem enquanto outras não estava baseada na pressuposição do orientador do doutorando, fundada em estudos anteriores. Esses lhe sugeriam que o envolvimento dos stakeholders, produtores, autoridades locais, associações e cooperativas, fosse em grande parte responsável pela diferença de evoluções entre as diferentes IGs.

A intenção de usar a perspectiva do envolvimento dos stakeholders na tese foi substituída pela de adotar a da Ação Coletiva Institucional (ACI) em função desse parecer mais amplo e abranger um conjunto de condições que pareceu aos pesquisadores dar melhor conta das condições em jogo no desenvolvimento ou não de IGs. A ACI explora como as instituições colaboram para resolver problemas comuns que transcendem os limites organizacionais e jurisdicionais.

Num artigo recente, Piperno et al. (2023) analisa como grupos de pessoas e organizações trabalhando juntos promovem objetivos comuns que não poderia perseguir individualmente. A partir da análise de 16 casos de ações coletivas urbanas voltadas a recuperar condições degradadas identifica configurações de quatro fatores que determinam a performance dessas ações. Os fatores que o artigo analisa são: 1. a capacidade institucional possibilitadora, o como a capacidade institucional do contexto serve como fundamento para a produção de ações coletivas; 2. a coparticipação, o cultivo de

colaboração de múltiplos stakeholders como fonte de conhecimento; 3. o empreendedorismo coletivo, em que indivíduos de forma voluntária se juntam para produzir valor econômico e melhorar a situação de todos e 4. A cogovernança, a participação ativa dos stakeholders no desenho e administração dos serviços partilhados.

As situações analisadas por Piperno et al. (2023) e as prevaletentes nas IGs, basicamente o fato de que ambas são bens comuns coletivos cujo desempenho depende de ações coletivas, o fato de que o esquema que os autores propõe é abrangente e tem, a nosso ver a possibilidade de explicar não só o desempenho das IGs mas de múltiplas situações que partilham essas condições e o fato de que ele foi até agora, ter tido sua validade testada em apenas um contexto nos levaram a imaginar que a verificação dessa validade no contexto de IGs levaria necessariamente a geração de conhecimento inédito sobre configuração de fatores que afetam o desempenho de bens comuns que demandam ações coletivas. Daí termos nos proposto a verificação da capacidade de explicação do ACI, na forma desenvolvida pelos autores na IG que estudarmos.

### 3.3. Seleção do local da pesquisa e entrada no campo

A seleção do local se deu em função dele atender às necessidades da pesquisa e ser da conveniência do pesquisador-doutorando. Um critério que a IG a ser estudada deveria atender necessariamente era o ter registro de IG junto ao INPI. Do ponto de vista da pesquisa, ela poderia estar em diferentes estágios de obtenção da adesão dos interessados à IG. Isso porque para efeito da verificação da medida em que o comportamento da IG estar de acordo com o modelo teórico que nos interessava verificar, o ACI, ela ter já se estabelecido ou estar em fase disso, poderia oferecer oportunidades de análise.

Por uma feliz coincidência, o doutorando mudou-se durante o seu processo de tese para uma cidade distante menos de 40 quilômetros de uma região composta de alguns municípios que haviam conseguido há cerca de um ano o registro de IG para um produto de origem agrícola. Essa proximidade viabilizou a adoção das estratégias de observação participantes pois tornou possível a ida frequente do pesquisador ao campo. Com relação à IG que estava em cogitação antes, isso seria impossível, dado que ela se situa a mais de mil quilômetros de distância.

Definida a IG que se queria estudar, deu-se início à busca de contatos com pessoas que pudessem possibilitar o acesso. Rapidamente, identificamos uma ex-doutoranda do PPGA frequentado pelo doutorando. Essa ex-aluna era funcionária do SEBRAE e nos pôs em contato com a consultora do órgão que atendia a região. Estabelecido o contato, verificou-se que a consultora tinha interesse no envolvimento do doutorando no processo. Esse tinha experiência em consultoria e foi visto pela consultora com alguém que poderia contribuir para o estabelecimento da IG, que ainda estava nos seus passos iniciais.

Entre os contatos iniciais com a consultora do SEBRAE e o início do trabalho de campo pelo doutorando decorreram dois meses. Esse foi o tempo necessário para conseguir-se uma entrevista como substituto processual da IG. Substituto processual é o nome que recebe na legislação relativa a IG o responsável por requerer o registro da IG junto ao INPI e por manter a documentação e requisitos atualizados para garantir a continuidade da proteção (INPI, 2024). Também foi o tempo necessário para encontros entre a consultora e o doutorando.

### 3.4. Observação direta e trabalho de campo

O trabalho de campo teve início há cerca de quatro meses. Nesse período, o doutorando tem passado no campo pelo menos meio período por semana, com frequência mais. Ele já participou e registrou pelo menos nove reuniões, visitou dois produtores nas suas fazendas e fez uma entrevista formal.

O que o doutorando observou que o processo de implementação da operação da IG se dá com o que para ele parece certa lentidão. Normalmente a primeira fase desse processo é o estabelecimento de um selo que identifica e possibilita o rastreio do produto da IG perante o mercado. O processo de divulgação da IG começa pela aquisição do selo pelos produtores e a colocação dele nas embalagens dos produtos. Embora o selo esteja definido, o processo rastreio e selagem ainda não teve início e deve começar no final do ano, de forma bastante localizada.

Uma dúvida que ocorreu ao doutorando é se ele deveria se envolver mais diretamente no esforço de fazer o processo de selagem acontecer. Isso teria feito o envolvimento dele junto à IG assumir características relativamente próximas à de pesquisa-ação. Em discussões entre o orientador e com doutorando, esses chegaram à conclusão de que esse envolvimento tinha possibilidades elevadas de colocar o doutorando em conflito, ou pelo menos tensão com stakeholders da IG e prejudicar a possibilidade de coleta de informações e colaboração por parte dos membros da IG. A possibilidade de fazer com que os membros da IG refletissem sobre suas relações, interações e processos, características da pesquisa-ação, pareceu uma possibilidade difícil de ser realizadas pelos membros da IG. Em função disso, o projeto tem características mais próximas de observação participante do que de pesquisa ação.

Uma conclusão sobre a qual o doutorando já sente segurança é a de que poucos dos produtores e prefeitos que compõem a região que obteve o registro têm interesse e fazem esforços no sentido de promover o progresso da IG. A prefeitura da maior e mais influente cidade se empenhou para que o registro fosse obtido pelo fato disso granjear prestígio para a cidade e não porque tenha interesse em aumentar o valor percebido pelo produtor na venda de seu produto. Isso apesar de que a capacidade institucional capacitadora está presente. O que parece estar ausente são o empreendedorismo coletivo, em que os indivíduos de forma voluntária se juntam para produzir valor econômico e a coparticipação, o cultivo de colaboração de múltiplos stakeholders como fonte de conhecimento. Também parece estar ausente é a cogovernança, a participação ativa dos stakeholders no desenho e administração dos serviços partilhados. Que a capacidade institucional capacitadora está presente ficou demonstrado pelo fato de que quando surgiu uma situação que interessava ao conjunto dos stakeholders esses se mobilizaram e resolveram um problema relativamente difícil.

### 3.5. Discussão da aplicabilidade dos métodos ao problema da operacionalização das IGs

As questões às quais esse ensaio teórico se propôs a responder foram: Seriam os métodos de pesquisa baseados em observações participantes uma alternativa para a contradição que alguns alegam existir entre ter que gerar teoria e impacto socioeconômico? E, em caso afirmativo, como isso pode ser feito?

A resposta à essas duas questões, partindo do pressuposto de que a situação que analisamos seja representativa do conjunto das IGs, é negativa. A participação do doutorando como pesquisador não parece capaz de alterar o quadro de pouco interesse dos stakeholders em fazer evoluir a IG e, em consequência trazer os benefícios que uma IG bem-sucedida pode trazer aos seus stakeholder. Uma intervenção com a perspectiva pesquisa-ação não teria condições de gerar impacto socioeconômico.

Por outro lado, a pesquisa com perspectiva de observador participante está trazendo resultados em termos de conhecimento da situação que transcende a que poderia ser obtida com um estudo de caso. A imersão do pesquisador no contexto natural da IG está permitindo ao pesquisador ter um entendimento aprofundado da situação que não teria sido possível se a participação nas atividades cotidianas, como reuniões das instâncias

administrativas da Associação de Produtores e dos comitês criados para lidar com situações de crise está propiciando visão profunda e holística do grupo estudado

Uma instância sensível desse entendimento é que houve interesse das prefeituras na criação da IG pelo prestígio que isso angaria para a prefeitura, mas esse interesse não se estende ao que deveria ser o interesse de fato na criação da IG, o fortalecimento da identidade dos produtores, a divulgação ampliada do produto da região, o aumento da renda dos produtores e o desenvolvimento territorial. Esses aspectos, pelos caracteres menos nobres das motivações envolvidas não são expostos com facilidade pelos stakeholders. Foi a visão aprofundada permitida pela observação participante.

A percepção acima já garante que a pesquisa terá contribuições originais a dar à Teoria da Ação Coletiva Institucional (ACI). A configuração dos interesses dos stakeholders muda ao longo do projeto e um contexto que tornava a Capacidade Institucional Capacitadora não é uma dimensão estável, ela se mobiliza e se torna presente conforme os interesses dos stakeholders. Essa é uma evolução significativa e original ao ACI, ou *Institutional Collective Action* (ICA) em inglês. Essa contribuição a teoria se torna disponível transcorridos apenas quatro meses, metade do tempo imaginado para a observação participante. É possível que, agora que uma relação de confiança se estabeleceu, novos e mais importantes resultados teóricos venhas a ser alcançados

#### **4. Conclusão**

Esse ensaio teórico se propôs a analisar, a partir de uma situação concreta, se as observações participantes, principalmente a pesquisa-ação poderia ser uma resposta à demanda que está se colocando às instituições de ensino, de gerar pesquisas com impactos socioeconômicos e ambientais. A pergunta parece ser que a abordagem, pelo menos na situação analisada não tem essa capacidade. A observação participante, por outro lado, parece ter sim possibilidades interessantes de gerar conhecimento novo adicional significativo às teorias existentes, que não parece que teriam sido alcançados por outras abordagens.

#### **Referências**

- Altrichter, H., Kemmis, S., McTaggart, R., & Zuber-Skerritt, O. (2002). The concept of action research. *The learning organization*, 9(3), 125–131.
- Angrosino, M. V. (2016). *Naturalistic observation*. Routledge.
- Atweh, B., Kemmis, S., & Weeks, P. (2002). *Action Research in Practice: Partnerships for Social Justice in Education* (ROUTLEDGE - London and New York, Org.; 1<sup>o</sup> ed, Vol. 2). ROUTLEDGE - London and New York.
- Berger, R. (2015). Now I see it, now I don't: Researcher's position and reflexivity in qualitative research. *Qualitative research*, 15(2), 219–234.
- Bernard, H. R. (2017). *Research methods in anthropology: Qualitative and quantitative approaches*. Rowman & Littlefield.
- Brannick, T., & Coghlan, D. (2007). In defense of being “native”: The case for insider academic research. *Organizational research methods*, 10(1), 59–74.
- Braun, V., & Clarke, V. (2019). Reflecting on reflexive thematic analysis. *Qualitative research in sport, exercise and health*, 11(4), 589–597.

- Bruch, K. L. (2008). Indicações Geográficas para o Brasil: problemas e perspectivas. Em L. O. Pimentel, S. O. Boff, & F. de S. (Org. ) Del’Olmo (Orgs.), *Propriedade Intelectual: Gestão do conhecimento, inovação tecnológica no agronegócio e cidadania* (1º ed, p. 1–10). Fundação Boiteux. <http://www.ivp.pt>.
- Charmaz, K. (2014). *Constructing grounded theory*.
- Dancis, J. S., Coleman, B. R., & Ellison, E. R. (2023). Participatory action research as pedagogy: Stay messy. *Journal of Participatory Research Methods*, 4(2).
- DeWalt, K. M., & DeWalt, B. R. (2011). *Participant observation: A guide for fieldworkers*. Lanham, Md.: Rowman & Littlefield, Md.
- Emerson, R. M., Fretz, R. I., & Shaw, L. L. (2011). *Writing ethnographic fieldnotes*. University of Chicago press.
- Fetterman, D. M. (2019). *Ethnography: Step-by-step*. Sage publications.
- Flick, U. (2017). *The Sage handbook of qualitative data collection*.
- Geertz, C. (1973). *The interpretation of cultures* (Vol. 5019). Basic books.
- Giesbrecht, H. O., Minas, R. B. A. de, Gonçalves, M. F. W., & Schwanke, F. H. (2016). *Indicações geográficas brasileiras* (S. B. de A. a M. e P. E. SEBRAE & I. N. de P. I. INPI, Orgs.; 5ª Ed., Vol. 1). SEBRAE.
- Guest, G., Namey, E. E., & Mitchell, M. L. (2013). *Collecting qualitative data: A field manual for applied research*. Sage.
- Hammersley, M., & Atkinson, P. (2019). *Ethnography: Principles in practice*. Routledge.
- INPI, I. N. de P. I. (2024). Manual de Indicações Geográficas. Em *Indicações Geográficas*. Instituto Nacional de Propriedade Industrial. [http://manualdemarcas.inpi.gov.br/projects/manual-de-indicacoes-geograficas/wiki/02\\_Indica%C3%A7%C3%A3o\\_Geogr%C3%A1fica\\_e\\_esp%C3%A9cies\\_de\\_registro](http://manualdemarcas.inpi.gov.br/projects/manual-de-indicacoes-geograficas/wiki/02_Indica%C3%A7%C3%A3o_Geogr%C3%A1fica_e_esp%C3%A9cies_de_registro)
- Jorgensen, D. L. (2020). *Principles, approaches and issues in participant observation*. Routledge.
- Kujala, J., Sachs, S., Leinonen, H., Heikkinen, A., & Laude, D. (2022). Stakeholder Engagement: Past, Present, and Future. *Business and Society*, 61(5), 1136–1196. <https://doi.org/10.1177/00076503211066595>
- Lewin, K. (1946). Action Research and Minority Problems. *Journal of Social Issues*, 2(4), 34–46. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1946.tb02295.x>
- McNiff, J. (2009). *You and your action research project*. Routledge.

- Piperno, A., Iaione, C., & Kappler, L. (2023). Institutional Collective Actions for Culture and Heritage-Led Urban Regeneration: A Qualitative Comparative Analysis. *Sustainability*, 15(11), 8521.
- Portaria nº 66, de 28 de Fevereiro de 2024, Pub. L. No. 66 (2024).
- Saldaña, J. (2021). *The coding manual for qualitative researchers*.
- SEBRAE. (2024). Panorama das IGs brasileiras registradas. Em *SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas*.  
<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZDA2MDk0M2YtYjBmYS00ZTFjLThiOWQtOGI1ZDQ0MTA3YWExIiwidCI6Ijk3Mjk4MjcxLTFiZDctNGFjNS05MzViLTg4YWVWRkZWY2MzZjYyIsImMiOiR9>
- Sendall, M. C., McCosker, L. K., Brodie, A., Hill, M., & Crane, P. (2018). Participatory action research, mixed methods, and research teams: learning from philosophically juxtaposed methodologies for optimal research outcomes. *BMC Medical Research Methodology*, 18, 1–6.
- Silverman, D. (2016). Introducing qualitative research. *Qualitative research*, 3(3), 14–25.
- Stringer, R. (2014). *Knowing victims: Feminism, agency and victim politics in neoliberal times*. Routledge.
- Thiollent, M. (2011). Action research and participatory research: An overview. *International Journal of Action Research*, 7(2), 160–174.  
[https://doi.org/10.1688/1861-9916\\_IJAR\\_2011\\_02\\_Thiollent](https://doi.org/10.1688/1861-9916_IJAR_2011_02_Thiollent)
- Wolcott, H. F. (2008). *Writing up qualitative research*. Sage publications.